



Diego Baravelle/CC



Barragem da mineradora Vale rompeu em Brumadinho (MG), em 25 de janeiro

Debate com agência de mineração avalia segurança de barragens

A atuação das agências governamentais na aplicação da Política Nacional de Segurança de Barragens será discutida hoje na primeira audiência de um ciclo de três debates sobre o tema promovido pela

Comissão de Infraestrutura. Hoje será ouvido o diretor-geral da Agência Nacional de Mineração, Victor Hugo Bicca, sobre a segurança das mais de 790 barragens de rejeitos catalogadas no país. **4**

Plano da CPI de Brumadinho será definido hoje **4**

CPI sobre tribunais superiores pode avançar **7**

Davi defende votação da nova Previdência ainda neste semestre

Presidente do Senado discutiu a estratégia de votação com o governador de São Paulo, João Dória, e, no sábado, com os presidentes da República, Jair Bolsonaro, da Câmara, Rodrigo Maia, e do STF, Dias Toffoli

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou ontem que a reforma da Previdência pode ser votada no Senado neste semestre. Ele se reuniu no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo de São Paulo, com o governador João Dória para discutir a tramitação da reforma.

Davi defendeu mais diálogo entre o governo e o Congresso para a votação e disse que a população entende a necessidade de mudança do sistema previdenciário. Segundo ele, a maior parte dos

senadores também defende a reforma.

No sábado, Davi se reuniu com os presidentes da República, Jair Bolsonaro, da Câmara, Rodrigo Maia, e do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, para tratar da reforma e reforçar a integração entre os três Poderes. Maia afirmou que, na Câmara, a reforma deve ser votada até o fim de maio.

Hoje duas comissões voltam a debater o tema: a de Assuntos Econômicos e a de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **2 e 3**

Pena alternativa para lactante deve ser votada

O Plenário pode votar hoje, em comemoração ao Mês da Mulher, projeto que determina que juízes substituam a pena de reclusão por prisão domiciliar para grávidas, mulheres que estejam amamentando e mães de crianças com até 12 anos de idade. O

Código de Processo Penal já faculta ao juiz substituir a pena em alguns casos. Com o texto, no entanto, a troca será obrigatória.

Também pode ser votada em segundo turno a PEC que padroniza na Constituição a expressão “pessoa com deficiência”. **5**

Texto exige que clubes certifiquem instalações **5**

Governo vai definir política para radiodifusão **6**



Roque de Sá/Agência Senado

O Bolsa Família deve ser um dos temas abordados por Osmar Terra

Colegiado ouvirá ministro da Cidadania, Osmar Terra

O titular da Cidadania, Osmar Terra, deve comparecer hoje à Comissão de Educação para apresentar as prioridades do ministério, que agrega as antigas pastas do Esporte e da Cultura, além de uma parte do Desenvolvimento Social. **3**

especial
cidadania

No Brasil, a contratação de jovens aprendizes vem caindo

O Brasil tem um programa de aprendizagem profissional bem formatado, mas não alcança 1% no aproveitamento da população jovem para força de trabalho. Mais de 4 milhões de jovens entre 14 e 24 anos

estão desocupados. A legislação estabelece o mínimo de aprendizes entre 5% e 15% do total de trabalhadores por empresa, mas a maior parte delas, quando cumpre a cota, opta pela porcentagem menor. **8**



Roque de Sá/Agência Senado

Senado mantém programa para formação profissional de adolescentes desde 2014

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em
www.senado.leg.br/simplificou



Rodrigo Maia, Jair Bolsonaro, Davi Alcolumbre e Dias Toffoli querem reforçar a integração entre os Poderes

Câmara deve votar em maio reforma previdenciária

Previsão foi feita por Rodrigo Maia no sábado, durante encontro do qual também participaram os presidentes da República, Jair Bolsonaro, do Senado, Davi Alcolumbre, e do Supremo, Dias Toffoli

OS PRESIDENTES DA República, Jair Bolsonaro, do Senado, Davi Alcolumbre, da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, se reuniram no sábado para discutir a estratégia de votação da reforma da Previdência e reforçar a integração entre Exe-

cutivo, Legislativo e Judiciário para avançar nos temas que tramitam no Congresso.

“A contribuição verdadeira de cada um de nós é fundamental para uma democracia sólida que possa proporcionar, acima de tudo, um país mais justo. Temos muito trabalho pela frente”, disse Davi Alco-

lumbre no Twitter.

— Estamos construindo uma forma em que os Poderes possam pactuar uma relação de governabilidade, pois no sistema democrático todos governam juntos — definiu Maia.

O presidente da Câmara declarou que espera começar a votar a reforma no fim de maio.

Nelsinho relata viagem presidencial aos EUA

Em entrevista à Rádio Senado ontem, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Nelsinho Trad (PSD-MS), afirmou ter participado, em Washington, de encontros voltados para o estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos.

O senador relatou que foi a um jantar de trabalho na embaixada do Brasil com vários ministros brasileiros e empresários norte-americanos, além

do presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CRE) da Câmara, deputado Eduardo Bolsonaro.

— Nós temos uma programação intensa ainda por estes dois dias para a gente coroar de êxito aqui essa visita que estamos fazendo aos Estados Unidos da América. Está sendo muito proveitosa essa visita no sentido de promover uma ação mais conjunta dos Parlamentos — afirmou Nelsinho.

Sobre a liberação do visto brasileiro para viajantes norte-americanos, sem medida recíproca por parte dos EUA, o senador afirmou que esse é um passo importante do governo brasileiro para reforçar os laços fraternos entre as duas nações. Ele disse acreditar que “com certeza haverá de ter uma contrapartida”.

Nelsinho participa da comitiva oficial do presidente da República, Jair Bolsonaro, em viagem aos Estados Unidos.

Telmário: tabela do SUS é discrepante e desatualizada

Após visita ao hospital Araújo Jorge, em Goiânia, referência no tratamento de câncer, Telmário



Waldemir Bornetto/Agência Senado

Mota (Pros-RR) criticou ontem a tabela de pagamento do SUS aos hospitais conveniados. O senador definiu os valores como sendo totalmente discrepantes e desatualizados.

— Enquanto o hospital gasta R\$ 1,2 mil por dose do medicamento Voriconazol, o SUS paga apenas R\$ 37,78 por dose. Essa droga é essencial para pacientes que vão se submeter a transplante de medula. Isso é uma discrepância, uma anomalia. Por isso, às vezes a saúde pública perde a qualidade.

Leilão de aeroportos foi um sucesso, afirma Bezerra

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) comemorou ontem os R\$ 2,37 bilhões arrecadados com



Waldemir Bornetto/Agência Senado

o leilão dos aeroportos na sexta-feira. O senador afirmou que além de a arrecadação ter superado muito o valor inicial proposto, de R\$ 218 milhões, a concessão prevê o investimento de, no mínimo, R\$1,5 bilhão nos primeiros cinco anos, para a ampliação e manutenção dos aeroportos.

— Isso significa um claro voto de confiança na condução da política econômica do governo do presidente Jair Bolsonaro. Nos primeiros seis meses de contrato, os passageiros já sentirão a diferença.

Paim alerta para uso descontrolado de agrotóxicos no Brasil

Paulo Paim (PT-RS) fez ontem um alerta sobre o elevado uso de agrotóxicos no Brasil. O senador destacou a morte de mais de meio bilhão de abelhas no Rio Grande do Sul, somente nos últimos três meses, como consequência do uso desenfreado de defensivos pelo setor produtivo. A morte de abelhas tem efeitos não só sobre a apicultura, mas também sobre a produção de alimentos e sobre o ecossistema.

— O Brasil, no ano de 2013, consumiu 1 bilhão de litros de agrotóxicos. Isso representa uma cota de 5 litros por pessoa. São usados no país 14 tipos de agrotóxicos nocivos à saúde, produtos que são banidos no resto do mundo. Aqui é liberado.

Papel do veterinário na produção de alimentos é ressaltado em sessão

A contribuição para a segurança alimentar e o controle de doenças foi um dos aspectos destacados ontem durante sessão especial que homenageou instituições relacionadas à medicina veterinária.

A sessão comemorou os 110 anos da Diretoria de Indústria Animal, os 36 anos da Academia Brasileira de Medicina Veterinária (Abramvet) — com destaque para o presidente, professor Milton Thiago de Mello — e os 99 anos da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária.

No ano passado, o Brasil recebeu certificação de país livre da febre aftosa nos rebanhos. Segundo o presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Francisco Cavalcanti de Almeida, e o secretário-adjunto de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Flávio Bettarello, o novo status, que facilita a comercialização de produtos de origem animal, demonstra a importância do trabalho dos veterinários.

— Nossos auditores fis-

cais dentro do ministério e nossos médicos veterinários espalhados por todo o Brasil asseguram os mais elevados padrões de inspeção e sanidade — afirmou.

Com 103 anos, mais de 80 de profissão, Mello foi saudado por suas pesquisas e outras contribuições. Para o presidente da Abramvet, a relevância da área é cada vez maior, tendo em vista a necessidade de garantir segurança alimentar. Para ele, o alimento será a moeda do futuro.

— A população do mundo está aumentando e vai continuar a aumentar, e ela precisa de comida. E só quem tem capacidade de produzir comida nessa escala planetária, para os 10 bilhões de habitantes para o fim do século (no momento, estamos com 7,5 bilhões), é o Brasil — disse.

Também foi homenageada a primeira médica veterinária no Brasil, Alzira de Souza. Wellington Fagundes (PR-MT) entregou uma placa a Rosália Meireles de Souza Rocha, que a representou na solenidade.



Wellington entrega placa a Rosália Rocha, que representou Alzira Souza

Edilson Rodrigues/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Previdência e educação

9h Audiência para debater Previdência com foco na educação. Representantes de sindicatos de professores estão entre os convidados.

CPI DE BRUMADINHO Plano

9h Análise do plano de trabalho e de requerimentos.

CAE Nova Previdência

10h Audiência para debater proposta de reforma da Previdência. O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente, Felipe Salto, é um dos convidados.

CTEC Pedidos de debates

10h Análise de requerimentos de audiências públicas.

CE Ministro da Cidadania

11h30 Audiência com o ministro da Cidadania, Osmar Terra, para apresentar as diretrizes da pasta.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, o PLC 131/2018, sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos do SUS em caso de violência doméstica e familiar.

CI Segurança de barragens

15h Audiência com o diretor-geral da Agência Nacional de Mineração, Victor Bicca, para debater a respeito da atuação das agências governamentais na aplicação da Política Nacional de Segurança de Barragens.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Davi quer Previdência neste semestre

Presidente do Senado se reuniu ontem com o governador de São Paulo, João Doria, e defendeu mais diálogo para a votação da reforma

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, defendeu a aprovação da reforma da Previdência ainda neste semestre. Para ele, a população entende a necessidade da reforma e isso facilitará a votação. A afirmação foi feita ontem no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo de São Paulo, onde Davi se reuniu com o governador João Doria.

— Os brasileiros estão compreendendo que sem essa reforma da Previdência em quatro ou cinco anos o Brasil não terá condições reais de cumprir suas obrigações. O orçamento de um país que tem 4% de capacidade de investimento é de que não vai diminuir as desigualdades.

A reforma da Previdência foi a pauta do encontro. Davi destacou o papel do governador na defesa da proposta.

— A reforma da Previdência caminha por esse viés de diminuir os privilégios, de equilibrar as contas públicas. Não podemos mais ter um país que tem R\$ 260 bilhões de déficit na Previdência, que asfixia a capacidade de investimento. E a possibilidade de estarmos aqui, na sede do governo de São Paulo, é para referendar esse apoio incondicional que

o governo de São Paulo, na figura de João Dória tem dado à reforma — destacou.

O governador disse que São Paulo e todos aqueles que estiverem de acordo com a aprovação da reforma estarão ao lado do presidente do Senado.

Ajuste fino

Davi afirmou também que a maior parte dos senadores têm interesse em aprovar a reforma e que a votação depende apenas de um "ajuste fino" da política, representado pelo diálogo com o Executivo que se estende não só ao Senado, mas também à Câmara.

— Essa reforma não é do governo do presidente Jair Bolsonaro, é uma reforma para salvar o Brasil. Portanto, se é uma reforma para salvar o Brasil, para as próximas gerações, é uma reforma que os senadores têm interesse em votar. E naturalmente o sentimento na Câmara é praticamente o mesmo: o senador e o deputado querem se achar parte desse processo — afirmou.

Davi reconheceu, no entanto, que a articulação do governo com o Congresso é lenta.

— No início do governo, o presidente Bolsonaro ficou um pouco fora dessa articulação

política. O mês de janeiro foi um mês de formação do governo e foi sentida a ausência da figura do presidente da República nessa articulação. Mas as coisas avançaram muito nos últimos 30 dias. O presidente, pessoalmente, entrou em campo para apresentar para o Parlamento a importância da aprovação dessa reforma. E isso faz toda a diferença.

Também ontem, Davi se encontrou com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf. O principal assunto mais uma vez foi a reforma da Previdência.

Mas os dois também debateram as iniciativas legislativas

que podem ajudar a incrementar o desenvolvimento da indústria e da economia do país.

— O Estado tem que estar próximo de quem gera riqueza nesse país. Os empreendedores do Brasil precisam ter a tranquilidade para trabalhar, precisam ter segurança jurídica — disse Davi.

Uma emenda constitucional precisa ser aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados e em mais dois turnos no Senado. As novas regras passam a valer após a promulgação pelo Congresso.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado, com Agência Brasil



Doria e Davi debateram ontem a votação da reforma da Previdência

Reforma não pode repetir exemplo do Chile, afirmam debatedores

Participantes de uma audiência sobre a reforma da Previdência disseram ontem, na Comissão de Direitos Humanos (CDH) que, a despeito de o sistema atual ser insustentável, a proposta do governo (PEC 6/2019) é injusta com os trabalhadores e resultará em problemas futuros. Na prática, afirmaram, o sistema de capitalização proposto repete a experiência do Chile e dá fim à Previdência pública.

Hoje, a CDH volta a debater a reforma com foco na educação. A audiência faz parte de um ciclo de debates proposto pelo presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS).

Representante do Coletivo Nacional de Advogados de Servidores Públicos (Cnasp), Luis Fernando Silva afirmou que em visita ao Chile testemunhou o drama dos apo-

sentados que migraram para o sistema de capitalização na década de 1980. Segundo ele, o país registra altos níveis de suicídio de idosos, que recebem benefícios previdenciários insuficientes para a sobrevivência. A situação é tão crítica, disse, que o governo chileno está voltando a criar auxílios sociais para complementar a renda dessa faixa da população.

— Se nós perdemos o debate da capitalização, nós perdemos a Previdência pública e, ao perder a Previdência pública todos esses outros debates vão por água abaixo — alertou.

O presidente da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Centrape), Francisco Canindé, apresentou dados do Anuário Estatístico da Previdência que demonstram a queda do

número de contribuintes do INSS, de 71,3 milhões em 2014, para 65,9 milhões em 2017, em contraste com o crescimento dos benefícios concedidos, que passaram de 1,1 milhão de aposentadorias em 2012 para mais de 1,4 milhão em 2017.

O senador Eduardo Girão (Pode-CE) defendeu a necessidade da reforma, mas disse que ela deve ser modificada.

— A reforma tem que existir, o detalhe é ver os direitos adequados, as distorções sendo corrigidas, tem muita coisa equivocada e que precisa ser revista.

O secretário-geral da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Luiz Legnani, apresentou um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o sistema previdenciário de 30 países que migraram para

o sistema de capitalização de 1981 até 2014. De acordo com Legnani, 18 deles voltaram atrás.

O representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Queiroz, disse que medidas já aprovadas pelo Congresso pioraram a situação da Previdência. Para ele, a Emenda Constitucional 95, do teto de gastos, congelou o Orçamento e levou a despesa previdenciária a avançar de modo tão voraz sobre as outras áreas que esses setores vão impor alterações. Além disso, a reforma trabalhista, aliada à informatização, tem feito o número de trabalhadores formais cair, por estimular o trabalho intermitente e o trabalho informal, o que reduz a contribuição previdenciária e a fonte para o pagamento das aposentadorias já concedidas.

— Não é sustentável a Previdência pública brasileira com fundamento na folha de salário — avaliou Queiroz.

Para o representante do Diap, as fontes de financiamento da Previdência devem ser alteradas, passando da contribuição patronal da folha de pagamentos para o desconto de acordo com o faturamento ou a receita da empresa.

Impactos da mudança serão analisados hoje em audiência

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promoverá audiência hoje, às 10h, para debater a reforma da Previdência apresentada pelo Poder Executivo. O principal objetivo é fazer um diagnóstico com estimativas de impacto fiscal decorrentes das mudanças previstas pela PEC 6/2019.

Para debater o assunto foram convidados o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, o pesquisador Paulo Tafner, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), o consultor legislativo do Senado Pedro Nery e o ex-deputado Ricardo Berzoini. A audiência foi requerida por Plínio Valério (PSDB-AM).

Entre os principais pontos da reforma apresentada pelo governo federal, está a idade mínima para a aposentadoria dos trabalhadores da iniciativa privada e servidores: a partir de 61 anos para homens e de 56 anos para mulheres. Essas idades mínimas começarão a subir seis meses a cada ano, a partir da aprovação da reforma, até chegar a 65 anos para eles e 62 anos para elas.

O cálculo do benefício será de 60% para aqueles que cumprirem o mínimo de 20 anos de contribuição. A partir daí, a cada ano são acrescentados 2%. Logo, a integralidade do benefício só se dará após 40 anos de contribuição. No futuro, quem contribuir mais de 40 anos poderá receber mais de 100%.

Para Rogério, seguridade está em risco no país

Rogério Carvalho (PT-SE) afirmou ontem que a reforma da Previdência vai acabar com o sistema de seguridade, construído com a Constituição de 1988. Segundo o senador, a crise no país não está no sistema previdenciário.

— O que nós estamos vivenciando é a crise dos regimes próprios de Previdência dos estados que estão com deficits e que precisam ser equacionados pelos governos estaduais e que precisam ter uma política, a exemplo do que foi o Proer para salvar o sistema financeiro no passado.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Presidente da comissão, Paim (C) é autor do pedido para realização do ciclo de debates sobre a Previdência

CPI de Brumadinho decide hoje plano de ação

Senadores se reúnem para definir a linha de trabalho da comissão. Depoimento do ex-presidente da Vale Fabio Schvartsman, que seria na quinta-feira, foi adiado

A CPI de Brumadinho analisa hoje o plano de trabalho a ser apresentado pelo relator, senador Carlos Viana (PSD-MG).

Instalada na quarta-feira, a comissão tem prazo regimental de 180 dias para apurar as causas do rompimento da barragem de rejeitos tóxicos da mineradora Vale na Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), em janeiro. O rompimento da barragem deixou até agora 203 mortos e 105 desaparecidos.

Já estava definido que na quinta-feira a CPI ouviria o ex-presidente da Vale Fabio Schvartsman. O requerimento de convocação, dos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Otto Alencar (PSD-BA), foi aprovado, mas Schvartsman apresentou ontem um atestado

médico, por ter se submetido a uma cirurgia de catarata, e pediu que o depoimento fosse adiado. O ex-presidente foi designado pelo Conselho

de Administração da empresa em abril de 2017, mas está provisoriamente afastado desde o dia 2, por recomendação do Ministério Público e da Polícia

Federal.

Na carta de afastamento, o executivo defendeu sua gestão dizendo que se dedicou a uma apuração independente dos fa-

tos ocorridos em Brumadinho e que atendeu todas as demandas da imprensa e das autoridades. A força-tarefa que orientou o afastamento pediu ainda que Schvartsman e outros oito funcionários fossem proibidos de entrar em prédios ou instalações da mineradora, enquanto durarem as investigações.

A CPI de Brumadinho tem como objetivo identificar os responsáveis pelo rompimento da barragem, as falhas dos órgãos competentes e os autores dos laudos técnicos, além de apontar a adoção de providências cabíveis para evitar a ocorrência de novas tragédias.

Composta por 11 titulares e sete suplentes, a CPI é presidida por Rose de Freitas (Pode-ES). Randolfe Rodrigues (Rede-AP) é o vice-presidente.



A comissão é presidida pela senadora Rose de Freitas (D) e terá prazo de 180 dias para investigar o desastre

Comissão debate segurança de barragens com agência

A Comissão de Infraestrutura realiza hoje a primeira audiência sobre a atuação das agências governamentais na aplicação da Política Nacional de Segurança de Barragens.

O requerimento, de uma série de três debates, foi apresentado por Elmano Ferrer (Pode-PI). O senador é autor de um relatório sobre segurança das barragens brasileiras feito para a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), que em 2017 e 2018 debateu o tema.

Para a audiência foi convidado o diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM), Victor Hugo Froner Bicca, que deve dar explicações sobre a segurança das mais de 790 barragens de rejeitos de mineração

que existem catalogadas no Brasil sob responsabilidade da agência.

Manutenção

Para Elmano, há muito a ser debatido. Seu relatório já apontava sérios riscos de rompimento de barragens.

— Temos mais de 70 mil barragens cadastradas no país e sabemos que várias delas nunca passaram por uma manutenção. Quando fizemos o relatório das barragens para a CDR em 2018, alertamos para o risco de novos desastres semelhantes ao ocorrido em Mariana em 2015. Três anos depois, ocorreu o desastre de Brumadinho, com muito mais vítimas.

A audiência está prevista para começar às 15 horas.

Rejeito de mineração pode ir para construção civil

As empresas mineradoras poderão ser obrigadas a destinar parte dos resíduos de mineração para a fabricação de artefatos e materiais da construção civil. É o que determina um projeto (PL 1.496/2019) que altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2010) e aguarda o recebimento de emendas na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Da CI, a proposta segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA), em decisão final.

O projeto, de Jaques Wagner (PT-BA), também trata de medidas de segurança para comunidades próximas a barragens, possibilidades de isenção de impostos e destinação dos artefatos feitos com os rejeitos. O texto determina que a parte dos resíduos que não seja tóxica ou contenha metais pesados seja desti-

nada à fabricação de blocos para alvenaria, tijolos, telhas, cerâmicas e lajotas.

A medida deverá ser implementada de forma progressiva, de modo que, a partir do quinto ano subsequente ao da publicação da lei, a totalidade dos resíduos seja destinada à produção de materiais para a construção civil.

Os artefatos serão destinados para fins sociais e econômicos, que podem ser desde a doação a cooperativas de habitação para populações de baixa renda, doação a municípios, uso pela própria mineradora e até a comercialização dos produtos. O poder público poderá conceder isenção de tributos para a produção e comercialização desses materiais e também para os serviços de transporte de resíduos das barragens para o local de produção.

Para Wagner, “se é certo que a geração de rejeitos pela exploração do minério de ferro é inevitável, pesquisas recentes mostram, com toda evidência, que esse material também é passível de ser tratado, recuperado e ter uma destinação social e econômica sustentável”.

Segurança

A proposta também altera a legislação para que sejam considerados perigosos os rejeitos de beneficiamento de minérios, desde que depositados em barragens com comunidades próximas que possam ser atingidas por eventual rompimento. Nesses casos, será sempre obrigatória a adoção de medidas para a redução do volume e da periculosidade dos resíduos, além da elaboração de plano de gerenciamento dos resíduos.

Corais da Amazônia poderão ser área de preservação permanente

A existência de recifes de coral na Amazônia foi comprovada há apenas alguns anos por pesquisadores. O senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) apresentou na semana passada um projeto que atribui a esses recifes a condição de área de preservação permanente (APP).

O PL 1.404/2019 determina que os corais da Amazônia, localizados no litoral do Pará e do Amapá, serão considerados APP nos termos da Lei 12.651, de 2012. De acordo com a lei, a APP é uma “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica

e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”.

O projeto também proíbe toda atividade que possa causar danos aos corais. A proposta está em fase de apresentação de emendas na Comissão de Meio Ambiente (CMA) e será analisada em caráter terminativo, ou seja, se for aprovada, deve seguir direto para a Câmara, caso não haja recurso para votação em Plenário.

Veneziano informa que em 2016 foram descobertos recifes de corais na foz do Rio Amazonas, ou seja, na região onde o rio encontra o oceano. Ele

explica que esses corais estão em profundidades que variam de 30 a 120 metros abaixo do nível do mar e cobrem uma área de 56 mil quilômetros quadrados.

“É o maior recife do Brasil e um dos maiores do mundo. A existência nessas condições faz dos corais da Amazônia um ambiente com características únicas em todo o planeta. Até então, os livros diziam que corais não cresciam perto da foz de grandes rios, onde a água doce chega ao mar carregada de lama, é mais escura e impede a entrada da luz”, diz o autor.

O senador explica que os primeiros indícios da existência desses corais apareceram

em 1975, quando um navio americano que pesquisava camarões acabou pescando esponjas, lagostas e peixes típicos de recifes, como o pargo.

Já em 2012, continua o senador, o pesquisador brasileiro Rodrigo Leão de Moura, que estava a bordo de outro navio americano, coletou esponjas coloridas, corais e peixes na mesma região. Em 2014, outra expedição foi enviada para confirmar as anteriores. Com onze pesquisadores, o navio Cruzeiro do Sul, da Marinha, saiu de Belém até a foz do Amazonas.

“O resultado do trabalho foi divulgado num artigo publicado na revista *Science Advances*, em abril de 2016. Foram regis-

tradas 61 espécies de esponjas e 73 de peixes recifais, além de vários tipos de algas calcárias, responsáveis pela construção da base da estrutura, chamadas rodolitos. A estimativa era de que o recife tinha 9,5 mil quilômetros quadrados”, informa o autor. Segundo ele, uma nova expedição em 2018, do Greenpeace, constatou que a área é seis vezes maior.

O senador lembra que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) já leiloou blocos de exploração na foz do Amazonas e as empresas vencedoras querem iniciar a atividade de exploração. “Um vazamento de petróleo na região poderia causar danos irreparáveis aos corais”, afirma Veneziano.

Prisão domiciliar para gestante pode ser votada

Projeto prevê o benefício para lactantes e mães de crianças com até 12 anos. Também está na pauta PEC sobre pessoas com deficiência, que deve ser analisada em segundo turno

EM COMEMORAÇÃO AO Mês da Mulher, os senadores podem votar hoje, em Plenário, o projeto que obriga a substituição da pena de reclusão por prisão domiciliar para detentas que estejam amamentando, gestantes e mulheres com filhos menores de 12 anos de idade.

Atualmente, o juiz pode substituir a pena em alguns casos, de acordo com o Código de Processo Penal. São eles:

maiores de 80 anos, pessoas debilitadas por doenças graves, pessoas imprescindíveis aos cuidados especiais de alguém menor de idade ou com deficiência, gestantes, mulheres com filhos de até 12 anos incompletos e homens, quando forem os únicos responsáveis pelos cuidados de filhos de com até 12 anos de incompletos.

Mas essa substituição não é obrigatória. Por isso, o projeto troca a expressão

“poderá substituir” por “substituirá”, tornando obrigatória a mudança. O texto também inclui as mães lactantes no rol dos casos para a substituição da pena.

Para a autora da proposta, a ex-senadora Regina Sousa, o Estado precisa estar atento às demandas específicas das crianças cujas mães estão aprisionadas, sob o risco de se transferir a punição da mulher para seus filhos pequenos. De acordo com ela, que é vice-governadora do Piauí, raros são os estabelecimentos carcerários dotados de estrutura para receber a mulher gestante, em estado pós-parto ou lactante.

O projeto também altera normas que tratam dos direitos de crianças e jovens: o Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257, de 2016) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA — Lei 8.069, de 1990).

De acordo com o texto, o marco deve dar preferência ao atendimento da criança em situação de alta vulnerabilidade, decorrente da prisão dos pais, e uma maior atenção à gestante

privada de liberdade.

Em relação ao ECA, o projeto estabelece a criação de um incentivo à amamentação para a mãe encarcerada. Se for aprovado, o PLS 43/2018 seguirá para a Câmara dos Deputados.

Pessoa com deficiência

Os senadores também podem votar hoje a proposta de emenda à Constituição que padroniza, no texto constitucional, as referências a pessoas com algum tipo de limitação física ou intelectual.

A PEC 25/2017 substitui em dez artigos expressões como “pessoa portadora de deficiência” ou “portador de deficiência” por “pessoa com deficiência”. A nova definição é parte da Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU).

A proposta é da ex-senadora Fátima Bezerra, atual governadora do Rio Grande do Norte, e será votada em segundo turno. Se for aprovada, seguirá para a Câmara dos Deputados.



Projeto faz parte da pauta escolhida pelas senadoras para ser votada este mês em Plenário

Desrespeito à Lei Kandir pode ser crime de responsabilidade

Projeto em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) caracteriza como crime de responsabilidade do presidente da República contra a lei orçamentária o não repasse das verbas da contrapartida do governo federal aos governos estaduais e municipais sobre exportação. O repasse é previsto na Lei Kandir (Lei Complementar 87, de 1996).

Essa lei determina que a União compense estados e municípios pela não cobrança do ICMS de produtos destinados à exportação. Entretanto, a União não tem feito os repasses, causando grandes prejuízos, afirma o senador Jayme Campos (DEM-MT), autor do projeto. Segundo ele, o PL 1.122/2019 é fundamental para a economia dos estados exportadores, como Mato Grosso.

— Essa iniciativa contribuirá decisivamente para um maior equilíbrio federativo e para o equacionamento da grave crise fiscal que os entes nacionais enfrentam. Os estados e municípios não podem ficar à mercê da União, com suas fianças prejudicadas — disse o senador.

A questão da omissão dos repasses foi levada ao Supremo Tribunal Federal (STF) em ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO). O Plenário do STF deu prazo de 12 meses para o Congresso legislar sobre o assunto. Como os parlamentares não votaram o tema, o relator do caso no

tribunal, ministro Gilmar Mendes, concedeu novo prazo, até fevereiro de 2020. Caso o Congresso não vote novamente, o Tribunal de Contas da União (TCU) deverá fixar regras e proporções e calcular os repasses devidos a cada ente da Federação.

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a iniciativa:

— Tivemos um período para votar, o Congresso não votou e o TCU não decide. Temos de fazer um movimento com a Câmara e o Senado para cada estado receber o que tem de direito.

Perda do cargo

O projeto estabelece que o presidente da República pode perder o cargo, caso não faça cumprir a compensação financeira aos estados prevista na Lei Kandir. Segundo governadores, a dívida da União com os estados ultrapassa R\$ 600 bilhões.

O projeto tramita em caráter terminativo na CCJ. Caso seja aprovado sem recurso para votação no Plenário do Senado, será enviado diretamente para o exame da Câmara dos Deputados. No momento, está aberto o prazo para a apresentação de emendas ao texto, que aguarda designação de relator.

Outro projeto do Senado (PLP 511/2018), em tramitação na Câmara, estabelece repasse de R\$ 39 bilhões anuais, corrigidos pelo IPCA, para serem divididos entre os estados a título de compensação.

Ministro da Cidadania participa hoje de audiência

O ministro da Cidadania, Osmar Terra, deve comparecer hoje à Comissão de Educação (CE) para apresentar os projetos de sua pasta.

O convite foi feito pelo presidente da comissão, senador Dário Berger (MDB-SC), para

que ele participasse de uma audiência na terça-feira passada, mas não houve possibilidade de o ministro comparecer.

A nova pasta agrupou os antigos Ministérios da Cultura, do Esporte e uma parte do Desenvolvimento Social.

Dentro do novo ministério, estão incluídos os programas dos centros de arte e esportes unificados, os centros de referência e assistência social, o Programa Bolsa Família e o Programa de Assistência Alimentar.

Times podem ser obrigados a certificar instalações

As entidades esportivas formadoras de atletas podem ser obrigadas a apresentar documentos que comprovem a adequação de seus alojamentos e instalações, de modo a garantir mais segurança. O PL 1.350/2019, da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), altera a Lei Pelé (Lei 9.615, de 1998), incluindo a exigência de comprovação por meio de alvarás e laudos de vistoria da manutenção de alojamento e instalações desportivas adequadas nos quesitos alimentação, higiene, segurança e salubridade.

O projeto está em tramitação na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde aguarda o recebimento de emendas. Se aprovado, será encaminhado para a Câmara dos Deputados.

Na justificativa, Rose de Freitas apresenta como principal motivação para o projeto a tragédia ocorrida no Centro de Treinamento Presidente George Helal, no Rio de Janeiro, em 8 de fevereiro. Conhecido como Ninho do Urubu, o local servia como espaço de moradia e treinamento para jovens atletas do Flamengo. O incêndio, que causou a morte de 10 jogadores da categoria



Entrada do Ninho do Urubu, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro

de base do clube, tem sido apontado como fruto de negligência. Após o ocorrido, a Prefeitura do Rio informou que o local não tinha licença para funcionar como alojamento, pois no projeto protocolado a área era descrita como um estacionamento.

Punição

A autora explica que os órgãos reguladores, como a CBF, devem punir os responsáveis pela manutenção das instalações com a suspensão das atividades de treinamento caso não sejam cumpridas as exigências de fiscalização.

“Reforçamos que a entidade nacional de administração do desporto deve suspender, de imediato, a certificação do clube formador quando não for cumprido qualquer um dos requisitos específicos para que um clube esportivo seja considerado entidade formadora de atleta”, explica.

O projeto também propõe a suspensão por violações de aspectos como assistência educacional, psicológica, médica e odontológica ou por falta de fornecimento de alimentação e transporte para que seja garantida a integridade e o bem-estar dos jovens atletas.

Governo busca proposta para radiodifusão

Em audiência ontem no Conselho de Comunicação Social do Congresso, secretário disse que pretende ouvir todos os segmentos para conhecer melhor as demandas

O EXECUTIVO NÃO tem uma política já pronta para o setor de radiodifusão, afirmou o secretário de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Elifas Gurgel. Segundo ele, a estratégia é ouvir todos os segmentos e colher a maior quantidade de informações.

O secretário participou, ontem de uma audiência pública no Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso, que também recebeu o coordenador-geral de Comunicação Social do ministério, Carlos Antunes Silva.

— Realizamos um fórum nacional no mês passado, com grande participação dos radiodifusores. Uma iniciativa relevante no momento em que precisamos ouvir as demandas mais importantes. Percebemos que as novas tecnologias são um grande desafio para o setor. Agora estamos fazendo o dever de casa em cima de tudo o que foi levantado — explicou Gurgel.

Percepção

O secretário informou ainda que pretende ouvir telespectadores e ouvintes para saber o que eles querem e a percepção deles sobre o conteúdo que está sendo consumido. Isso, segundo ele, “permitirá a elaboração de uma política aderente ao interesse público”.



Coordenador de Comunicação da pasta, Antunes fala ao lado de membros do conselho e do secretário Gurgel

A postura do governo foi elogiada pelos conselheiros. O representante da sociedade civil, Davi Emerich alertou para o risco de qualquer iniciativa que implique controle social da atuação da mídia.

— Não passa pela nossa cabeça qualquer tipo de controle social. De uma vez por todas. Não passa pela cabeça de ninguém do governo a questão do controle social, até porque a diversidade é importantíssima para a democracia — respondeu Gurgel.

Comunitárias

A situação das rádios comunitárias também foi abordada. O conselheiro Ranieri Bertoli reclamou da proliferação ex-

cessiva das emissoras, gerando uma concorrência desleal com as rádios comerciais.

Elifas Gurgel afirmou que o governo está analisando a situação do setor, inclusive formas de financiamento. Ele lembrou, no entanto, que um possível aumento de potência implicaria a revisão do espectro por conta da interferência.

— Principalmente nas grandes cidades, o aumento de potência significa interferência. Temos que tratar desse assunto, que causa transtorno para todos. Uma rádio outorgada paga ao poder público para funcionar. A rádio comunitária, não. Tenho recebido algumas associações de comunitárias que se mostram

dispostas a colaborar, mas existem pessoas que insistem em não cumprir o que a lei determina — afirmou.

A audiência fez parte da agenda elaborada para ouvir representante do novo governo. Os conselheiros pretendem ouvir os presidentes da Anatel e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Seminário

O conselho vai promover, em 8 de abril, audiência sobre o tema “Violência contra comunicadores e a ameaça à liberdade de expressão”.

O debate deverá contar com o ministro da Justiça, Sergio Moro, e o presidente Observatório Permanente da

Liberdade de Imprensa da OAB, Pierpaolo Bottini.

A conselheira Maria José Braga, que preside a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), destacou o caso envolvendo Constança Rezende, do jornal *O Estado de S. Paulo*, que teria sido caluniada pelo presidente Jair Bolsonaro em meios digitais.

Ela destacou ainda episódio envolvendo jornalistas de *O Globo*, que passaram a ser filmados durante entrevista com o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (PSC), e de casos ocorridos no Paraná e no Tocantins.

O conselheiro Davi Emerich apontou a ocorrência de uma assimetria regulatória no setor da comunicação social, o que compromete o combate às informações falsas divulgadas em meios digitais.

— Passamos por um momento muito difícil, no Brasil e no mundo. Há uma assimetria grande. As empresas que cumprem as exigências da lei estão visíveis para serem penalizadas. Há resistência para discutir as *fake news*, há intervenção de grana muito grande nesses debates, feitos de forma equivocada, e o Estado não consegue colocar mão nos seus malfeitos — afirmou.

Conteúdo na internet sobre saúde poderá ter advertência

Sites, blogs ou páginas virtuais que disponibilizarem conteúdo sobre saúde poderão ser obrigados a detalhar as informações e solicitar ao cidadão que procure um profissional competente para avaliação clínica, segundo projeto em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A intenção do PL 723/2019, é diminuir o número de pessoas que buscam diagnóstico na internet e, por consequência, a automedicação.

“Está muito em voga o chamado ‘Doutor Google’, pessoas

que vão buscar na rede informações sobre saúde, incluindo diagnóstico e tratamentos. O lado negativo desse fenômeno é de resultados imprevisíveis. A finalidade é que esse projeto tenha um efeito de alerta”, justifica Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), autor do projeto.

O senador destaca que as informações encontradas na internet podem induzir as pessoas aos riscos de um tratamento por conta própria, sem a avaliação de um profissional de saúde. “Todas as profissões pressupõem um período de

aprendizado, que é realizado em etapas. O aprendizado nas áreas de saúde é, como se sabe, mais longo que o da maioria das outras profissões e o leigo, ainda que muito inteligente e muito competente em sua própria área de atuação, não terá a bagagem do profissional, nem seu discernimento”, observa.

Ainda de acordo com o texto, o site que desobedecer às determinações previstas terá a publicação suspensa até que seja efetuada a devida correção. O projeto aguarda a designação do relator.

Projeto incentiva doações a centros de pesquisa científica e tecnológica

Está em análise na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) projeto de lei que prevê dedução no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para os contribuintes que fizerem doações a projetos de pesquisa científica e tecnológica executados por instituição científica e tecnológica (ICT) ou por entidades científicas e tecnológicas sem fins lucrativos.

A proposta (PL 776/2019), de Chico Rodrigues (DEM-

-RR), estabelece os mesmos limites de dedução do IRPF atualmente permitidos para gastos com instrução do contribuinte e de seus dependentes. Hoje esse valor é de até R\$ 3.561,50. Na justificativa, Rodrigues argumenta que o crescimento tecnológico é ferramenta fundamental para um desenvolvimento econômico e social consistente.

Se aprovado na CCT, o projeto será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão final.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário:
 Marcos do Val, Weverton,
 Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

Secretaria de Comunicação Social

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Requerimento da CPI dos Tribunais Superiores pode ser protocolado hoje

Alessandro Vieira reuniu as 27 assinaturas necessárias para pedir a criação da comissão, que buscará investigar questões procedimentais

O REQUERIMENTO PARA a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre a cúpula do Poder Judiciário deve ser apresentado hoje por Alessandro Vieira (PPS-ES). O senador já reuniu as 27 assinaturas necessárias (um terço dos senadores) e espera obter mais alguns apoios ao longo do dia antes de apresentar o requerimento à Secretaria-Geral da Mesa.

A CPI terá como objetivo investigar questões procedimentais do trabalho de ministros dos tribunais superiores. Entre os fatos destacados pelo requerimento, estão casos de juízes atuando em processos para os quais deveriam se declarar suspeitos ou impedidos, exercendo atividade comercial simultânea à atuação na magistratura, recebendo dinheiro por palestras para escritórios de advocacia, revertendo limina-

res em “tempo recorde”, usando “abusivamente” pedidos de vista e até recebendo propina.

Alessandro destacou que, uma vez oficializado o requerimento com o número exigido de assinaturas, o caminho é a leitura em Plenário e a instalação da comissão:

— A CPI é urgente e é uma demanda da sociedade.

Será a segunda vez que o senador tentará estabelecer a CPI dos tribunais. Na primeira ocasião, no início de fevereiro, três parlamentares retiraram as suas assinaturas, fazendo com que o requerimento perdesse o número mínimo necessário.

Jorge Kajuru (PSB-GO) foi o primeiro signatário do requerimento, depois de Alessandro.

Ele criticou as acusações de que a CPI seria um ato de agressão do Senado contra o Supremo Tribunal Federal (STF):

— O que enfraquece o Judiciário não é a fiscalização da parte do Legislativo, mas sim a perpetuação de privilégios. A falta de luz sobre sentenças antípodas para casos idênticos. É a partidarização, o ativismo judiciário e a usurpação de prerrogativas.

Impeachment

Reguffe (sem partido-DF) também se manifestou a favor da CPI. Para ele, o Senado deveria ir mais além e “desengavetar” pedidos de impeachment de ministros do STF:

— Esta Casa tem o dever de investigar o que está acontecendo num outro poder. Não pode rever uma decisão dele, mas investigar possíveis delitos cabe a esta Casa sim.



Para Alessandro Vieira, CPI é urgente e é uma demanda da sociedade

Cinco comissões mistas de MPs escolhem amanhã os dirigentes

Cinco comissões mistas para examinar medidas provisórias devem eleger amanhã suas presidências e vice-presidências. São as MPs 855/2018, 858/2018, 861/2018, 862/2018 e 863/2018, todas apresentadas ainda pelo ex-presidente Michel Temer. Depois de eleitos, os presidentes devem indicar relatores.

As MPs devem ser examinadas por comissões de

deputados e senadores e têm um prazo de até 120 dias para serem examinadas e votadas pelo Congresso.

As comissões para analisar as MPs 855/2018, 858/2018 e 863/2018 não chegaram a ser instaladas e nem haviam ainda eleito seus presidentes e vice-presidentes. Já as MPs 861/2018 e 862/2018 chegaram a ser instaladas, mas não haviam eleito seus dirigentes.

Medidas provisórias

- **855/2018** Conhecida como “MP das Distribuidoras de Energia”. Concede recursos da Conta de Reserva Global de Reversão às concessões de distribuição de energia elétrica. Permite troca de contratos entre termoeletricas de gás natural do mesmo proprietário.
- **858/2018** Extingue a empresa binacional Alcântara-Cyclone, fruto do Tratado de Cooperação entre o Brasil e a Ucrânia para a utilização do foguete Cyclone-4 ucraniano na Base Aeroespacial de Alcântara.
- **861/2018** Transfere da União para o governo do Distrito Federal a Junta Comercial do Distrito Federal.
- **862/2018** Altera o Estatuto da Metrópole para facultar a instituição de região metropolitana ou aglomeração urbana composta pelo Distrito Federal e por municípios limítrofes.
- **863/2018** Abre o setor aéreo ao capital estrangeiro, revogando uma série de exigências de participação de brasileiros na direção das companhias aéreas.

Projeto amplia atribuições do vice-presidente da República

O vice-presidente da República tem a função de substituir o presidente nas suas ausências e impedimentos. A Constituição não atribui nenhuma outra tarefa ao ocupante do cargo. Um projeto de lei em análise no Senado pode mudar isso, ampliando as obrigações do ocupante do Palácio do Jaburu.

Do senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), o PLP 21/2019 oficializa as responsabilidades do vice-presidente no assessoramento do presidente. O vice deve dar assistência “direta e imediata” na coordenação das ações de governo, no monitoramento dos órgãos, na supervisão dos ministros e nas análises de políticas públicas. Além disso, fica à disposição do presidente para missões especiais e outras atribuições que vierem

a ser designadas.

O vice também fica responsável pela coordenação e secretariado do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, função que anteriormente cabia à Casa Civil.

O projeto também reforça a participação do vice, já garantida na Constituição, nos conselhos da República e de Defesa Nacional.

Veneziano destaca que as funções específicas do vice-presidente são uma lacuna no texto constitucional. A previsão sempre existiu, mas nunca houve uma lei complementar para preencher o conteúdo.

O projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá como relator o senador Jorge Kajuru (PSB-GO). Caso seja aprovado, seguirá para votação no Plenário.

Proposta visa diminuir de 81 para 54 o número de senadores

Uma proposta de emenda à Constituição determina que os 26 estados e o Distrito Federal tenham apenas dois senadores cada, em vez dos três atuais. Com isso, o Senado, hoje composto por 81 membros, passaria a ter apenas 54 senadores.

A PEC 12/2019 é do senador Alvaro Dias (Pode-PR) e aguarda escolha de relator na Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta mantém o mandato de 8 anos e determina que a renovação será pela metade (um senador), de quatro em quatro anos. Hoje a renovação é alternada entre um e dois senadores a cada quatro anos.

Alvaro argumenta que o Senado deve colaborar com a redução do “aparato estatal e dos gastos públicos”. Sua proposta, afirma o senador,

mantém a representação igualitária dos estados e do DF, “como pré-requisito para prover o equilíbrio nas decisões de interesse da Federação”.

“Com a diminuição em um terço de seus membros, o Senado não perderá em nada representatividade, uma vez que, por definição, o número de senadores por estado e pelo Distrito Federal é paritário. Apenas passará dos atuais

três para dois”, afirma Alvaro na justificativa da PEC.

Segundo ele, os trabalhos da Casa ganharão em agilidade e presteza legislativas, e ainda a redução de custos para o erário, em decorrência da redução das estruturas legislativas e administrativas da Casa.

A proposta garante a manutenção dos mandatos dos senadores já em exercício, se o texto for aprovado.

Kajuru: Plenário deve decidir sobre criação de comissão

A entrevista do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, concedida ao site Poder 360, na qual ele afirmou que “CPI da Lava Toga não irá para frente”, foi criticada por Jorge Kajuru (PSB-GO).

Para o senador, a decisão a respeito do arquivamento ou não da CPI dos Tribunais deve ser debatida no Plenário da Casa.

Kajuru criticou também a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de manter o pagamento de pensões às mulheres maiores de 21 anos solteiras filhas de servidores federais civis.

Para Reguffe, cabe à Justiça comum julgar corrupção

O julgamento de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro que tenham origem em caixa dois deve ser feito pela Justiça comum, afirmou ontem em Plenário o senador Reguffe (sem partido-DF).

— Não há fundo razoável nisso, um crime de lavagem de dinheiro, de corrupção, passar a ser julgado pela Justiça Eleitoral — disse.

Ele fez um apelo ao Congresso para que vote a PEC 52/2015, protocolada por ele no início do mandato, que institui concurso público para seleção de ministros para os tribunais superiores.

Decisão do STF foi golpe contra Lava Jato, diz Alvaro

Alvaro Dias (Pode-PR) criticou ontem a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)

que transferiu para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a competência para julgar crimes comuns quando relacionados a crimes eleitorais.

Para ele, o posicionamento foi o maior golpe na Operação Lava Jato. Alvaro apresentou o PLP 66/2019 para excluir da Justiça Eleitoral a competência para processar e julgar crimes contra a administração pública.

— É preciso, inclusive, questionar a Justiça Eleitoral em razão do modelo único existente no Brasil.



Waldemir Borretto/Agência Senado



Waldemir Borretto/Agência Senado



Waldemir Borretto/Agência Senado

Aprendizagem profissional ainda é subutilizada

Para especialistas, o Brasil desperdiça grande potencial de candidatos a atividades que unam trabalho e treinamento. Contratação de jovens aprendizes está diminuindo

Reportagem: Guilherme Oliveira
 Edição: Maurício Müller

MESMO CONTANDO COM um bem formatado programa de aprendizagem profissional, o Brasil ainda tem dificuldades em resolver o drama de milhões de jovens e adolescentes em busca de ocupação ou submetidos ao trabalho informal degradante, e dos milhares de internados em instituições socioeducativas.

Considerado a melhor porta de entrada ao mercado de trabalho para grande parte das pessoas com até 24 anos, o regime de aprendizagem profissional tem abrangência limitada: em 2018, até setembro, o número de aprendizes admitidos era 350 mil.

Em audiência pública no final de 2018, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH),

especialistas disseram que o país tem enorme potencial de candidatos a atividades que unam trabalho e treinamento. Mas, para os jovens, faltam oportunidades.

A aprendizagem é um caminho para que adolescentes e jovens dos 14 aos 24 anos tenham suas primeiras experiências formalmente reconhecidas como profissionais sem interferência na sua educação. Como aprendizes, eles devem receber capacitação teórica e prática, ser periodicamente avaliados e lidar com uma quantidade controlada de responsabilidades.

Oportunidade

De acordo com a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Kátia Magalhães Arruda, a aprendizagem é uma forma de os jovens experimentarem o mercado de trabalho sem precisarem passar por todas as suas provações. Ao exigir que o aprendiz continue recebendo educação, o mecanismo se configura em uma chave de oportunidades.

— A aprendizagem é uma política pública que impacta vários problemas: educação [deficiente], violência, desemprego, pobreza, desigualdade social.

Também existem vantagens para o setor produtivo. Os jovens que se formam por meio da aprendizagem já ingressam na vida profissional como trabalhadores mais preparados.

— Para as empresas, é importante porque forma trabalhadores capacitados e engajados, faz com que cresçam consumidores, diminui custos de recrutamento e melhora a qualidade da mão de obra.

O contrato de aprendizagem profissional foi reconhecido em 1942, ainda antes da CLT,

por um decreto que tratava da indústria. Quatro anos depois, foi a vez de o comércio incorporar o instrumento.

A atual lei que rege a aprendizagem profissional está em vigor há quase duas décadas (Lei 10.097, de 2000). O contrato de aprendizagem pode ser firmado por no máximo dois anos. E o aprendiz deve receber pelo menos um salário mínimo.

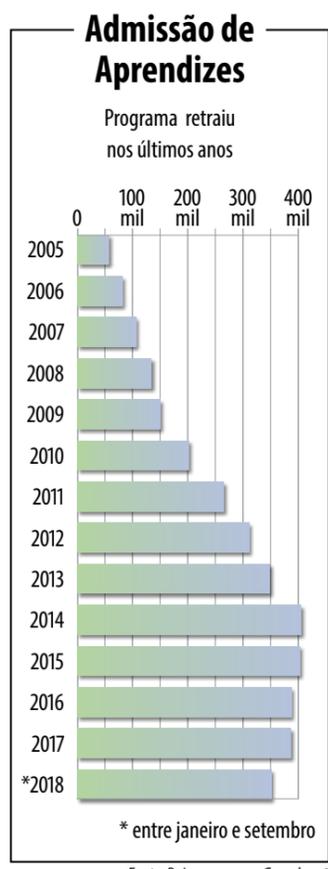
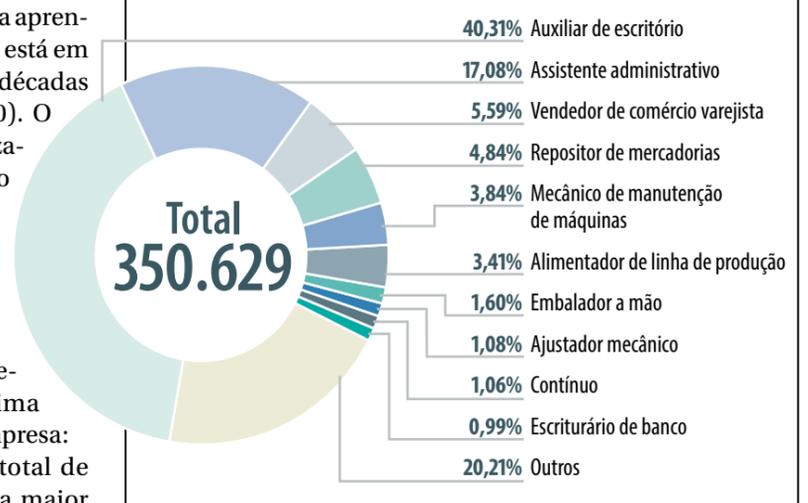
A legislação estabelece uma cota mínima de aprendizes por empresa: entre 5% e 15% do total de trabalhadores, mas a maior parte das empresas opta pela porcentagem menor — isso quando a cota é cumprida. De acordo com levantamentos do IBGE, se o piso da cota fosse cumprido, o Brasil poderia ter cerca de 960 mil aprendizes em atividade. Esse número poderia chegar a 3 milhões em caso de cumprimento do percentual de 15%.

No entanto, o pico de contratação de aprendizes, alcançado em 2014 e 2015, de pouco mais de 400 mil jovens por ano vem caindo, conforme o Boletim da Aprendizagem do antigo Ministério do Trabalho. Ao fim de 2018, havia menos de 450 mil jovens aprendizes. Em contraste, mais de 4 milhões de jovens com até 24 anos (idade-limite para ingresso no programa) estão desocupados — ou seja, estão desempregados, mas em busca de trabalho.

O Brasil, portanto, não alcança 1% no aproveitamento da população jovem para a força de trabalho. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Suíça, Austrália e Alemanha têm cerca de 4% do seu contingente profis-

Vagas mais preenchidas

De janeiro a setembro de 2018
 Procura por vagas de apoio administrativo revela pouco foco em aptidões



sional formado por aprendizes.

Para o coordenador do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Ramon Santos, a valorização da aprendizagem é uma marca de economias avançadas. E não tem nada a ver com caridade, mas com interesse.

— Os países mais desenvolvidos tecnologicamente são os que mais estão investindo na qualificação do seu futuro trabalhador. As empresas precisam tomar consciência de que investir na juventude e no aprendiz não é gasto jogado fora.

Melhorias

O setor produtivo tem tentado incorporar mais aprendizes aos seus quadros, segundo o gerente de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Felipe Morgado.

No Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a intenção também é atrair mais aprendizes para pequenos negócios e transformar a atividade em uma porta de entrada para a autonomia profissional.

A analista do Sebrae Rejane Botelho explica que o serviço oferece capacitação desde o ensino fundamental até o superior para que jovens aprendam características como autoconfiança, persistência, cálculo de riscos e planejamento.

O impacto positivo da aprendizagem é certificado por quem teve o curso de sua vida alterado pela oportunidade. É o caso da jovem Mylena dos Santos Rocha, moradora da região do Entorno do Distrito Federal. Ela faz um curso de Administração e trabalha na mesma área através da organização Ensino Social Profissionalizante (Espro).

— No curso, percebi habi-

lidades que eu não tinha percebido na escola e não tinha desenvolvido ainda. Procurei formas de me especializar e me destacar nelas. Até então eu não achava que conseguiria um emprego através da minha competência.

Ao contrário do setor privado, órgãos estatais não são obrigados a cumprir uma cota de aprendizes em seu quadro de funcionários. Mesmo assim, a participação do setor público nesse processo é ampla: ambas as casas do Congresso promovem a aprendizagem, assim como ministérios, tribunais, agências e empresas. O Senado conta com jovens aprendizes desde 2015. A parceria com o Centro Salesiano do Aprendiz (Cesam) já beneficiou 293 deles.

Há um componente de responsabilidade social por trás dessa decisão, mas também há benefícios a serem colhidos pelos órgãos.

A chefe do Serviço de Gestão de Estágios, Maria José Bezerra da Silva, explica que a experiência no Legislativo é desejável para todos.

— Além de contribuir com a formação cidadã, estamos levando um pouco do Senado para fora.

Essa avaliação é compartilhada pela gerente Socioeducativa do Cesam, Tatiana Gomes.

— Muitas famílias já chegam ao Cesam pedindo para o filho ir para Senado, porque isso se expandiu entre os jovens que comentam sobre a experiência de estar aqui.

Saiba Mais

Informações e vagas:

<http://bit.ly/ja-espro>
<http://site.aprendizlegal.org.br/>
<http://bit.ly/j-aprendiz>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidania



No Senado, o Programa Jovem Aprendiz atua na formação profissional de adolescentes entre 14 a 17 anos de escolas públicas